

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Associativismo docente e a construção de uma identidade profissional – 1901-1910

Ilíada Pires da Silva¹

Resumo: Esta comunicação examina a atuação da *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, no período de 1901 a 1910, sob a perspectiva da construção de uma identidade sócio-profissional para o professorado público paulista.

Palavras-chave: associativismo docente, profissão professor e Escola Normal

Abstract: This report surveys the performance of the *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, from the point of view of building a socioprofessional identity to the Estado de São Paulo public professorate.

Keywords: teaching body associativeness, teaching as a profession, normal school

Até a década de 1960, as profissões foram pensadas, predominantemente, como formas de ocupação de distintos grupos profissionais e os estudos relacionados ao tema se preocuparam em identificar os seus traços característicos, as suas etapas evolutivas, o seu modo de funcionamento e as suas formas organizacionais.

Tal modo de caracterizar as profissões refere-se muito mais a uma reprodução de um conjunto de estereótipos produzidos pelos próprios campos profissionais do que uma teoria geral de um objeto construído pelos estudos sociológicos. Valoriza as profissões como formas superiores de organização do trabalho, como índice de modernização e progresso; sempre compreendidas como o resultado de um processo natural de diferenciação das funções sociais (Rodrigues, 1997: 2).

Sob esta perspectiva, que faz a apologia do profissional, os principais atributos das profissões estão referidos ao conhecimento profissional adquirido através de uma formação específica, especializada e longa e pelo modo de agir altruístico, ou seja, a comunidade profissional se orienta para a prestação de serviços à sociedade democrática e não para os seus interesses particulares (Dubar, 1997: 128).

Nas últimas décadas, os debates e as investigações em torno do tema das profissões foram ampliados e aprofundaram significativamente os conceitos e os modelos

¹ Doutora FEUSP, Professora da FCT - UNESP.

analíticos. O aumento do interesse por parte de pesquisadores provocou na década de 80 uma redescoberta do tema. Dentre as amplas possibilidades de abordagem, optei por um recorte que privilegia o debate em torno dos processos de constituição das profissões; considerando os investimentos de grupos sociais na luta para afirmar e reafirmar continuamente as identidades profissionais, a ação de grupos ocupacionais que buscam legitimar suas atividades, além de criar e manter situações de monopólio profissional, de privilégio e de poder para determinados grupos profissionais (Rodrigues, 1997: 3).

Esta comunicação pretende discutir o associativismo docente a partir da questão da identidade sócio-profissional, examinando a atuação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, no período de 1901 a 1910, sob o ângulo da construção de uma identidade sócio-profissional para o professorado público paulista (Silva, 2004).

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo foi criada em 27 de janeiro de 1901, por um pequeno grupo de profissionais da instrução pública paulista com a intenção de criar uma agremiação que reunisse todos os professores públicos do estado de São Paulo.

No final do século XIX e início do século XX, a capital paulista passou por um momento de intenso crescimento urbano e de expressivo aumento das agremiações mutualistas. Estas formas associativas foram muito atuantes em São Paulo e representaram uma resposta destes grupos não apenas à situação de penúria em que viviam os trabalhadores na capital (Luca, 1988: 80) como também à ausência de uma política de saúde centralizada no Estado.

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo foi criada neste momento, com sede na capital paulista e os seus fundadores tinham como finalidade, conforme os seus Estatutos, de atuar em três direções: amparar o professorado através da concessão de benefícios; defender os interesses da categoria tanto no que diz respeito à constituição de um corpo de saberes e técnicas e de um conjunto de normas próprios ao magistério, quanto às condições do trabalho docente.

Para este trabalho, interessa indagar como um restrito grupo de educadores que fundou e organizou esta agremiação, de 1901 a 1910, investiu para afirmar e reafirmar uma identidade sócio-profissional para o professorado paulista. Trata-se de interrogar, primeiramente, sobre o significado dado à classe do professorado pelo grupo fundador. Quem

eram os profissionais que compunham esta classe e até que ponto constituíam um bloco homogêneo como este termo faz supor. De outro modo, a intenção de reunir todos os professores públicos do estado de São Paulo pressupõe que estavam apenas separados espacialmente ou indica um distanciamento dentro da própria categoria? A leitura dos *Estatutos* fornece as primeiras informações sobre a condição do professorado quando observa que pretende agregar como sócio efetivo o

*(...) professor publico ou diplomado por Escola Normal do Estado, mesmo que não esteja em exercicio; ou sem ser diplomado, tenha exercido durante cinco annos, o magisterio publico, embora se ache afastado do exercicio, por aposentadoria ou outra causa (...)*².

Aqui é possível distinguir dois tipos de sócios efetivos: o professor público, que tem o Estado como empregador, e o normalista, formado por instituição de formação estatal. Tal critério se amplia e se inverte quando afirma que também poderão ser aceitos na categoria de sócio efetivo os professores que não estejam no efetivo exercício, portanto não sejam professores públicos, e os que não tenham a carta de normalista, mas desde que tenham exercido o magistério público por cinco anos.

A noção classe do professorado não representa exatamente um bloco homogêneo, uma vez que apresenta segmentos constituídos pela diversidade de formação, de empregador e de efetivo exercício no magistério. Interessa saber o modo como esta diversidade interfere na composição do conjunto do professorado e, como tais diferenças, sobretudo de formação profissional e de formas de acesso ao magistério público, interferem no modo de seus membros partilharem valores, interesses e constroem uma identidade comum? De que modo os processos de formação nas instituições profissionais ou a formação adquirida diretamente nas práticas do magistério podem desenvolver identidades distintas no interior do próprio grupo?

Nos Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, apresentados entre 1893 a 1897, aparecem três categorias de professores públicos: normalistas regentes das Escolas Preliminares; habilitados regentes das Escolas Intermédias e interinos regentes das Escolas Provisórias. Quanto aos não diplomados, temos dois tipos de professores: os habilitados que, segundo a regulamentação do Império, prestavam exames diante de uma Comissão Examinadora nomeada pelo Governo, e os interinos, examinados pelos inspetores de distritos, conforme a legislação republicana.

² Estatutos da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de São Paulo, 27/01/1901.

No âmbito dos professores diplomados, também aparecem distinções produzidas pela existência de dois tipos de instituição de formação. A Escola Normal da Capital, única instituição até 1894, e as Escolas Complementares, implantadas a partir desta data³.

Estas duas categorias de cursos de formação se desenvolveram simultaneamente e de modo segmentado. Tanuri considera que, a partir da instalação das Escolas Complementares, criadas para responder às necessidades de uma formação acelerada e numerosa, o sistema de formação do magistério tornou-se dual e estratificado, mantendo, de um lado, a Escola Normal de elevado padrão e, de outro, as Escolas Complementares de categoria inferior, que se constituiu no principal processo de qualificação de professores preliminares (Tanuri, 1979: 101).

Também João Lourenço Rodrigues, formado pela Escola Normal em 1890, observa em sua obra de cunho memorialístico que:

A classe do professorado publico veio a constituir assim uma curiosa escala de valores; no ápice um escól reduzidíssimo de professores complementares, de preparo quasi encyclopedico, e na base um número considerável de professores quasi sem preparo: eram provisórios só de nome, pois dada a carencia de normalistas diplomados, ninguem iria disputar-lhes as collocações (Rodrigues, 1930a: 327).

A sua classificação é importante porque expressa o modo como os normalistas se auto-representavam e representavam o seu outro, a grande massa do professorado e, por estas representações terem sido continuamente reproduzidas pela historiografia da educação.

Deste modo, a presença de segmentos diversos no interior da classe do professorado fica esclarecida. Resta saber como os diferentes grupos se relacionam e de que modo o jogo de relações de forças se dá em função da construção de uma identidade unificada para o professorado.

Mais do que diversidade, o que se nota é a instalação de uma hierarquia entre normalistas, interinos ou habilitados, já assinalada pela classificação de Rodrigues. Tanuri, ao examinar os significados das reformas da Instrução Pública e o tipo de mudanças por elas desencadeadas, sustenta que a Escola Normal permaneceu durante aproximadamente as duas primeiras décadas republicanas

(...) como uma categoria à parte, de categoria superior, mas de limitada contribuição para o magistério primário propriamente dito, uma vez que, além de pequeno o número de seus egressos, parte deles de dirigia para os cargos administrativos do ensino, ou para o magistério de outros níveis (Tanuri, 1979, 103).

³ Em 1895 foi criada a primeira Escola Complementar, junto à Escola Normal da Capital. Entre 1897 e 1903 foram criadas mais quatro Escolas Complementares na capital e no interior.

As Escolas Complementares, de tendências mais modestas, exigiam que os alunos tivessem apenas concluído o curso preliminar, possuíam um único docente responsável por todas as matérias para cada um dos anos e não havia matéria de caráter profissional em seu currículo (Tanuri, 1978: 103). Assim, a instalação destas escolas fez aparecer duas categorias de professores preliminares, diferenciados e hierarquizados em função da posse de um saber mais sofisticado ou mais modesto.

É esta a situação que o grupo de fundadores da agremiação do professorado encontra naquele momento de sua fundação. Um magistério constituído, de um lado, por uma elite diplomada pela Escola Normal, com alto padrão de ensino e elevado ideal de missão e, de outro, uma maioria de professores não diplomados ou formados pelas Escolas Complementares de nível inferior ao da Escola Normal. Estes dois tipos de curso de formação do magistério, com suas diferenças na estrutura, no currículo e no padrão de ensino, assim como a permanência de professores não diplomados, repercutiam na vida destes profissionais em função de distinções na concessão de privilégios na forma de obter situações de monopólio, prestígio social, vantagens salariais e poder. De um lado, a maioria do magistério paulista constituída pelos professores formados pelas Escolas Complementares e pelos docentes sem formação institucional, de outro, os egressos da Escola Normal.

A estes últimos era garantido, através de legislação, o monopólio de diversas funções na Instrução Pública de São Paulo, uma vez que a carta de normalista representava a conquista de autorização oficial para exercer determinadas atividades interditas a outros. A legislação republicana concedia aos normalistas o direito de assumirem o magistério nas melhores escolas (grupos escolares, escolas-modelo, ginásios, Escola Normal), os cargos de diretor e inspetor de escola e a possibilidade de se projetarem na política e na administração da Instrução Pública. Também se destacaram como autores da maior parte dos manuais didáticos aprovados pelo Governo do Estado.

Quanto à Associação Beneficente do Professorado Público paulista resta saber como pretendeu representar a classe do professorado considerando suas segmentações e hierarquizações. Quem são os componentes do grupo que se aglutinam em torno desta agremiação? De que modo são representativos dos diversos segmentos constitutivos da associação? Pelo exame das atas das sessões das diretorias e das seções da *Revista de Ensino* é possível traçar o perfil do grupo fundador, dos membros das diretorias e do corpo de redação da revista entre 1901 e 1910.

Na Ata da Assembléia de Fundação, realizada em 27/01/1901, foram relacionados os nomes de 24 profissionais da Instrução Pública que assinaram a adesão aos *Estatutos*, seguidos de suas respectivas funções na Inspeção Geral do Ensino Público: dez inspetores de ensino; oito professores; cinco diretores de escola e um Oficial de Gabinete do Secretário do Interior. Deste total, 23 eram diplomados pela Escola Normal e não há registro da presença de professoras (Silva, 2004: 69).

Através do exame das Atas das Sessões da Directoria entre 1901 e 1910 e os números da Revista de Ensino da Associação do Professorado Público de São Paulo, entre 1902 e 1910 constatou-se quanto à formação profissional que dos 44 profissionais que participaram como membros das dez diretorias no período estudado, 36 diplomaram-se pela Escola Normal da Capital e seis pelas Escolas Complementares⁴. Já quanto às comissões editoriais da Revista de Ensino, observa-se que dos dezessete redatores, quinze eram egressos da Escola Normal da Capital e um de Escola Complementar⁵ (Rodrigues, 1930b).

Nota-se ainda que 43 profissionais se formaram na Escola Normal entre 1882 e 1903, com uma concentração dos formandos nos sete anos decorridos entre 1887 e 1893. Percebe-se que a passagem pela Escola Normal, para a maioria dos profissionais que posteriormente se aglutinou em torno da agremiação e de seu periódico, ocorreu entre a última década do Império e os primeiros anos do regime republicano, momento de grande entusiasmo pelos ideais republicanos e de discussão em torno da missão regeneradora da escola na nova ordem.

Outro aspecto a ser examinado refere-se às atividades profissionais de cada membro da diretoria ou do corpo de redação da revista. A primeira constatação relaciona-se à proporção elevada de inspetores e diretores na direção da entidade bem como de seu periódico, confirmando a tendência dos professores normalistas deslocarem-se do exercício do magistério para ocuparem cargos administrativos de inspeção e controle das atividades docentes⁶, atingindo até, em alguns casos, a chefia da Inspeção Geral do Ensino Público.

No que se refere às professoras, nota-se que não foi apenas no momento de sua fundação que elas permaneceram ausentes dos quadros da direção da entidade e do corpo editorial da revista, já que no decorrer destes dez anos não lhes foi atribuído nenhum lugar

⁴ Com relação a dois deles, não foram encontradas referências sobre a instituição formadora.

⁵ Não foi localizada nenhuma referência quanto a um deles.

⁶ O Governo do Estado detinha o privilégio de nomear e dispensar os diretores e inspetores de ensino. A escolha de diretores, deveria recair sobre professor diplomado pela Escola Normal e, na sua ausência, sobre professor diplomado pela Escola Normal Complementar, com dois anos de efetivo exercício no magistério. Quanto ao mandato de inspetores, este só poderia recair em professores diplomados pelas escolas normais e com três anos de exercício no magistério.

relacionado ao exercício do poder. Às docentes, residentes na capital paulista, foi atribuída a função de mordomo, através da qual eram encarregadas de auxiliar os associados necessitados.

Deste modo, é possível notar que a tendência apresentada quanto à situação dos grupos que constituem a Associação não se distingue dos dados da Instrução Pública paulista. Segmentada e hierarquizada, as lideranças da entidade e da revista eram predominantemente constituídas por normalistas do sexo masculino, sendo os egressos da Escola Complementar minoria. A mesma característica de elitização profissional notada por Tanuri se desdobra nesta agremiação: a elite da profissão docente constitui a associação nos mesmos moldes da Instrução Pública.

Nos Estatutos, a classe do professorado está representada como um bloco homogêneo, constituído por associados que se uniram em razão de compartilharem certos elos. Esta explicação enquadra melhor os membros da diretoria e da redação da revista do que o conjunto do professorado.

O conhecimento abstrato e o saber prático, assim como um conjunto de valores e normas adquiridos nas Escolas Normais, permitiram aos seus membros partilharem, por um lado, valores, identidades e interesses específicos que lhes garantia o monopólio de seu campo e, por outro impedia o acesso aos leigos. As longas formações e as práticas seletivas não repousam apenas em exigências técnico-pedagógicas, mas constituem-se nos principais fatores de diferenciação e segmentação social, separando os iniciados do restante da sociedade. A classe do professorado, constituía-se de segmentos representativos das diversas instituições formadoras e desenvolveram identidades distintas na medida em que interiorizavam saberes, valores, atitudes e comportamentos diversos.

A construção de uma e não *a* identidade pelos membros das diretorias e da revista não representa a somatória dos diversos segmentos, mas a afirmação e legitimação da identidade normalista como modelo. Os normalistas representam uma elite identitária que serve como grupo de referência para os outros segmentos. Eles têm o poder de definir a identidade enquanto demarcam a diferença e classificam de forma assimétrica através de divisões receptoras de diferentes cargas de valor. Por fim, elegem a identidade normalista como o parâmetro e através deste avaliam e hierarquizam o professorado. Disputada em um campo hierárquico, a disputa pela identidade envolve uma dimensão mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Representam o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (Silva, 2000, 81-84).

Este processo de afirmação e legitimação interna se cruza e se funde com a busca de ascensão e reconhecimento social. Os seus planos de reforma da instrução pública, manifestos pelo seu poder de atuar tanto no campo do executivo pela ocupação de cargos na hierarquia administrativa e do legislativo na elaboração de reformas da instrução pública quanto na associação, sobretudo através de textos publicados em seu periódico, significavam mais do que a melhoria da qualidade do ensino público e da sua situação profissional. Significavam construir para o professorado e conquistar perante a sociedade um lugar de destaque na construção da nova ordem republicana. Significava demarcar para o professorado o papel de regeneradores do social.

Afirmando-se como uma espécie de mensageiros do progresso, os membros das diretorias e do corpo editorial da revista desta agremiação, ao mesmo tempo em que declaravam e legitimavam sua identidade nos limites do campo profissional buscando a ascensão e reconhecimento social, assumiam-se enquanto portadores dos ideais de progresso e de modernização do país. Para além, de afirmarem-se como porta-vozes dos interesses do professorado paulista, constituíram-se em agentes fundamentais para a legitimação do modelo republicano de sociedade que ajudavam a implementar.

Referências Bibliográficas

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

Estatutos da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo, 27/01/1901

Livro de Actas das Sessões da Directoria I, II, III e IV. (1901-1910).

LUCA, Tânia Regina de. *O Mutualismo em São Paulo: o sonho do Futuro Assegurado*.

Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 1988.

Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal de São Paulo - 1846-1946. São Paulo: Gráfica Brescia, 1946.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D^a. Anna Rosa, 1930a.

RODRIGUES, João Lourenço. *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Instituto D^a Anna Rosa, 1930b.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SILVA, Iliada Pires da. *A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a Construção de uma Identidade Sócio-Profissional Docente - 1901-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo, FEUSP, Série Estudos e documentos, v. 16, 1979.